

## **Etnografias em lugares perigosos: educação e pobreza nos territórios dominados pelas milícias**

**Ethnographies in hazardous locations: education and poverty in militia-dominated territories**

**Etnografías en lugares peligrosos: educación y la pobreza en los territorios dominados por las milicias**

**Antônia Valbenia Aurélio Rosa**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4447-3825>

**Rafael dos Santos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7175-8770>

**Thiago Luiz Alves dos Santos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4240-476X>

**Resumo:** Este artigo discute as possibilidades e desafios em fazer etnografia em locais perigosos, empobrecidos e dominados pela violência. Estuda situações de disputas e reconfigurações das favelas que passaram seu controle do crime organizado para as milícias. Trata-se da combinação de uma revisão de literatura de estudos etnográficos e do estudo de caso em uma escola na favela Rio das Pedras, no Rio de Janeiro, território dominado pela Milícia. O artigo foca na realização de etnografias em locais perigosos. Um dos objetivos da pesquisa de base foi investigar, analisar e descrever a relação entre pobreza, educação e a mobilidade migratória do Nordeste para o Sudeste do Brasil. Como resultado conclui-se que, fazer etnografia em locais perigosos envolve complexidades que pode forçar enfrentar múltiplos constrangimentos, restrições e até abandono do campo de pesquisa. Consequentemente, isso leva ao empobrecimento e comprometimento dos dados coletados.

**Palavras-chave:** etnografia; educação; pobreza; violência; territórios em conflito.

**Abstract:** This article discusses the possibilities and challenges of doing ethnography in dangerous, impoverished, and violence-ridden places. It studies situations of disputes and reconfigurations of favelas that have passed their control from organized crime to militias. This is a combination of a literature review of ethnographic studies and a case study in a school in the Rio das Pedras favela in Rio de Janeiro, a territory dominated by the Militia. The article focuses on conducting ethnographies in hazardous locations. One of the objectives of the basic research was to investigate, analyze and describe the relationship between poverty, education and migratory mobility from the Northeast to the Southeast of Brazil. As a result, it is concluded that ethnography in dangerous places involves complexities that can force multiple constraints, restrictions and even abandonment of the research field. Consequently, this leads to the impoverishment and compromise of the data collected.

**Keywords:** ethnography; education; poverty; violence; territories in conflict.



Esta obra está licenciada com uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

**Resumen:** Este artículo discute las posibilidades y desafíos de hacer etnografía en lugares peligrosos, empobrecidos y asolados por la violencia. Estudia situaciones de disputas y reconfiguraciones de favelas que han pasado su control del crimen organizado a las milicias. Se trata de una combinación de una revisión bibliográfica de estudios etnográficos y un estudio de caso en una escuela de la favela Rio das Pedras en Río de Janeiro, un territorio dominado por la Milicia. El artículo se centra en la realización de etnografías en lugares peligrosos. Uno de los objetivos de la investigación básica fue investigar, analizar y describir la relación entre pobreza, educación y movilidad migratoria del Nordeste al Sudeste de Brasil. Como resultado, se concluye que la etnografía en lugares peligrosos involucra complejidades que pueden obligar a múltiples restricciones, restricciones e incluso al abandono del campo de investigación. En consecuencia, esto conduce al empobrecimiento y compromiso de los datos recopilados.

**Palabras clave:** etnografía; educación; pobreza; violencia; territorios en conflicto.

## 1 Introdução

O que é um tema perigoso? Às vezes, até mesmo um tema simples pode ser um desafio para realizar uma pesquisa ou escrever um artigo. Não é à toa que tantas pessoas ficam tensas quando são convidadas a escrever um artigo de pesquisa sobre temas controversos, alguns deles são muito difíceis de tratar, porque podem transformar uma discussão civilizada em uma luta verbal. Outros são controversos, mas temos que encará-los. Então, questiona-se: Como lidar com temas difíceis na pesquisa etnográfica? O que tem sido considerado, na literatura sobre etnografia, um tema difícil? Como trabalhar o campo de pesquisa em locais perigosos? Para responder essas questões, parte-se de uma pesquisa desenvolvida por Rosa (2019)<sup>1</sup> sobre o tema *Migração do Nordeste a Rio das Pedras*, que servirá como base de dados para a escrita desse artigo.

Para melhor compreender o objeto de estudo desse artigo cita-se alguns exemplos desses tópicos, são eles: aborto; casamento infantil; assédio; violência doméstica; homofobia; religião; barriga de aluguel; obesidade; doenças psiquiátricas; prisão de crianças; adolescentes problemáticos; deformidades corporais; profissionais do sexo; mães solteiras; feiticeiras; vida criminosa; feminicídio; eleições; imigração; supremacia branca; legalização das drogas; casamento entre pessoas do mesmo sexo; *bullying*; controle da arma; mudanças climáticas; direitos de privacidade; pena de morte; direitos dos transgêneros; dívida financeira; conflito político; sistema de saúde; cuidados com idosos; estrutura familiar; eutanásia etc.

O tema desse artigo são os locais perigosos, partimos do pressuposto de que – Qualquer que seja o tópico escolhido, deve-se estudar sob todos os aspectos e somente

---

<sup>1</sup> Rosa, Antônia Valbenia Aurélio. **Migração do Nordeste a Rio das Pedras: um estudo de caso etnográfico.** Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019, 151p.

depois, escolher o ponto de vista sobre o qual se vai escrever. É preciso se ter cuidado e ser objetivo, sem omitir os fatos que sustentam os vários pontos de vista, deve-se atentar para o controverso em pesquisa, aprender a olhar o tema eleito para estudo, sob todos os lados possíveis de modo a manter o foco. É preciso antecipar os perigos no campo de pesquisa e preparar respostas para os participantes antes mesmo que elas surjam. Sugere-se para isso que se prepare protocolos de ação para lidar com os possíveis problemas. Deve-se ainda estabelecer códigos de alertar sobre os possíveis perigos da prática da pesquisa empírica, de modo a manter a comunicação aberta com àqueles que estão fora dele e que podem monitorar a manter a segurança do pesquisador.

O objetivo do artigo é relatar as dificuldades encontradas na realização de pesquisas etnográficas, em especial relacionadas aos *loci* dos estudos. Os dados principais são derivados da pesquisa de Rosa (2019) realizado na favela de Rio das Pedras, região oeste da cidade do Rio de Janeiro. O objetivo desse estudo foi entender o movimento migratório dos sujeitos da pesquisa do Nordeste para Rio das Pedras e suas consequências no âmbito educacional. Os sujeitos foram os alunos do 4º ano da Escola Luiz Gonzaga (nome fictício) e suas famílias. O estudo teve duração de 4 anos e a pesquisa de campo foi realizada entre abril e dezembro de 2016.

Será dedicada uma sessão desse artigo para descrever essa pesquisa. A seguir expõe-se os *loci* no sentido de explicar o porquê eles se constituíram como um perigo para a pesquisadora. Descrever-se-á, então, a favela de Rio das Pedras, seu entorno e o dia a dia dos moradores sob a ótica deles.

Na época da coleta de dados, Rio das Pedras enfrentava uma guerra sangrenta entre as facções criminosas que detinham o poder político no local, dentre elas: o Comando Vermelho (CV); os grupos paramilitares; a polícia militar carioca e a Milícia (grupo que ficou conhecido como escritório do crime). O conflito se dava, e ainda se dá, pelo controle do poder geopolítico do espaço territorial e econômico, sobre os habitantes da favela. Essa luta teve seu auge entre os anos de 2016 e 2019.

Embora o objeto do estudo da pesquisa de Rosa (2019), fosse o movimento diaspórico do Nordeste para Rio das Pedras, o conflito no local, passou a ser um desafio para realização do trabalho de campo. Essas ameaças que se caracterizavam principalmente por: limitação do acesso à Escola Luiz Gonzaga (nome fictício) com a proibição da sua permanência em determinados dias; proibição de visitas às residências das famílias; ameaças físicas e intimidação sugerindo que a pesquisadora desistisse do trabalho; proibição da coleta e registro de dados por imagens em fotografia e vídeos, e por fim, a imposição do medo como forma de controle do ir e vir da pesquisadora na favela, colocando em risco a sua integridade física e a realização da pesquisa.

Situada na Zona Oeste, região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, Rio das Pedras foi fundada no início dos anos de 1950. Cabe explicar que existe uma discussão no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em um documento intitulado: *Sobre a mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas* (2024) que versa sobre os termos favela e comunidade. Contudo, Rio da Pedras têm sido nomeada como comunidade pela maioria dos seus moradores, pelos veículos de informação e comunicação e documentos oficiais e acadêmicos. Nesse documento, o IBGE define o termo favela como um aglomerado subnormal de ocupação irregular, com terrenos de propriedade alheia àqueles que neles residem, em geral situados em áreas urbanas, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, com carência de serviços públicos essenciais e localizados em áreas com restrição à ocupação, seja por perigos de desabamentos ou pela proximidade de rodovias e vias-férreas.

Para compreender as origens dos conflitos em Rio das Pedras, revisitamos a pesquisa de Marcelo Burgos (2002), em seu livro *Utopias da comunidade Rio da Pedras uma favela carioca*, o autor apresenta um estudo de natureza antropológico-etnográfica. A pesquisa é importante por descrever a criação da favela de maneira sólida, detalhada e com diferentes categorias analíticas. Para o autor, existem três fatores que diferenciam Rio das Pedras das demais favelas cariocas: o primeiro é o número de moradores; o segundo se dá ao fato de Rio das Pedras ser imune à violência do tráfico de drogas, o que é um atrativo para os moradores, que viam nisso a possibilidade de segurança física e social não encontrada em outras favelas; o terceiro era o fato de que 60% dos moradores eram nordestinos (Burgos, 2002, p. 34).

De acordo com Burgos (2002), essas diferenças, se dão pelas vozes dos membros da Associação de Moradores e Amigos de Rio das Pedras (Amarp), que querem projetar uma imagem da realidade de Rio das Pedras distante ou socialmente distante das demais favelas cariocas, percebidas como desorganizadas e violentas. Burgos (2002, p. 63) explica que “[...] ao que tudo indica, a segurança de Rio das Pedras esta a cargo de policiais que moram ou frequentam a favela, e que, por sua condição profissional, têm facilidade para mobilizar colegas a fim de coibir práticas indesejáveis”.

A figura a seguir mostra a geografia da região de Rio das Pedras e seu entorno, composta por uma área de vegetação que é parte do Parque Nacional da Tijuca. Possui como vias de acesso a Avenida Engenheiro Souza e a Estrada de Jacarepaguá que ligam Rio das Pedras a diversos bairros adjacentes, tais como: Freguesia, Itanhangá e Barra da Tijuca. Os pontos de referência para o acesso aos *loci* da pesquisa de Rosa (2019) foram: a sede da Amarp e o Rio das Pedras, que deu origem ao nome da favela. A associação de moradores situa-se na fronteira de duas subáreas: Pinheiro e Rio das Pedras, parte central

da comunidade que corresponde às primeiras ocupações do local a partir das margens do rio que corta a favela de modo peculiar e demarca a região central.

**Figura** – Favela de Rio das Pedras



Fonte: Custódio Coimbra, O Globo (2020)

A fotografia mostra a enorme área ocupada pela favela e a complexidade do local. Ainda de acordo com Burgos (2002), as características físico-geográficas de Rio das Pedras e sua forma de ocupação, quase que exclusiva por migrantes nordestino, estimulando as manifestações culturais e identitária de seus habitantes, em franca oposição as características culturais do carioca, de modo geral. Isso representa uma tensão entre os dois grupos, com espaço para expressão mútua de preconceitos, fato que se verifica na atualidade.

O tempo gasto no percurso de Rosa (2019) durante a sua pesquisa até os *loci* era de aproximadamente duas horas. Nesse percurso, era possível observar como as construções foram erguidas no local, expondo uma distribuição populacional que ocupa o espaço geográfico com desigualdades. Isso permitiu pensar os modos como esse espaço, mostra a precariedade em termos de rede de energia elétrica, esgoto, coleta de lixo, entre outras questões que dialogam com aquelas vivenciadas no cotidiano dos moradores e relatadas pelos mesmos.

A Amarp exerce o papel mediador entre as políticas do estado e as necessidades da comunidade através de políticas assistenciais, expansão de áreas para a construção de residências além de outros serviços básicos constantemente destacados pela mídia. Desse modo, ligada à segurança e à insegurança, a Amarp tem sido questionada sobre sua atuação, principalmente após o desabamento de dois prédios residenciais na área da Muzema, causando a morte de moradores, no ano de 2019.

Em 15 de abril de 2019 o jornal *O Dia*, noticiou uma investigação sobre a relação entre a Amarp, os presidentes da associação de moradores de Muzema e a Milícia. Notícias como essas tem sido frequentemente veiculada em jornais nacionais e internacionais, onde as ações criminosas da Milícia levam a questionar, como os moradores de Rio das Pedras toleram tamanho desrespeito aos seus direitos fundamentais.

Chama a atenção, entre as notícias veiculadas em 2019 a questão do transporte em balsas que circulam entre a Lagoa da Tijuca e Areinha. As balsas provêm a travessia de moradores entre Rio da Pedras e a estação de Metrô do Jardim Oceânico. O serviço de transporte foi apontado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro como irregular, o órgão oficial do Estado argumenta que o serviço é utilizado para angariar recursos para a Milícia que domina o local. Essa extensão irregular do serviço de transporte público, criou subdivisões no local: Areal 1, Areal 2, Areinha, Casinhas, Pinheiro e Pantanal. Tais áreas definem ainda a posição social e o lugar de pertencimento dos seus moradores na comunidade. Portanto, uma forma de hierarquia dentro da comunidade – da periferia para o centro, significando a condição social das famílias e demarcação de território de controle entre os membros da Milícia. Nas reportagens citadas, existia a imagem de um folheto entregue aos moradores, indicando que o serviço de transporte era uma iniciativa da Amarp, uma comunicação aberta sobre separação entre as ações da Milícia e do Governo.

Mesmo ocupando as áreas da comunidade que estão expostas a enchentes e, com ausência de saneamento básico dada à condição do solo junto à Lagoa da Tijuca, as famílias citadas por Burgos (2002, p. 49) declaram que se “[...] sentem protegidas pelo mecanismo de controle social existente na favela que assegura sua integridade física e a propriedade de suas posses”. As interações conflituosas entre os moradores de Rio das Pedras e do seu entorno estão ligadas, não apenas à presença da Amarp em constante crise com a Milícia, mas às formas abusivas de angariar recursos financeiros com a justificativa da manutenção da ordem. O poder da Milícia substituindo o do Estado tem como consequência a exploração e a violência contra os moradores, em especial as relacionadas ao setor imobiliário.

## **2 Do *micro* ao *macro*: as etnografias e suas características**

Os processos dicotômicos: *micro-macro* e *quali-quant*i em pesquisas qualitativas e nas etnografias em educação serão discutidos nessa sessão com o objetivo de dimensionar e posicionar a pesquisa realizada por Rosa (2019) quanto aos *loci* e seus perigos.

As pesquisas qualitativas em combinação com as quantitativas têm sido usadas para a formulação e planejamento das políticas públicas tanto no Brasil quanto no exterior (Bachtold; Robert, 2022). A incorporação ainda incipiente dessa combinação, entretanto en-

contra-se em franco processo e legitimação e ascensão em órgãos de pesquisas no Brasil. Como exemplo temos as investigações do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea), vinculado ao Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), órgão responsável pela formulação e coordenação das ações governamentais em políticas públicas. O Ipea é que, por sua vez, vem reconhecendo a complementaridade entre pesquisas *quanti-quali*. No âmbito desse trabalho se permite a compreensão sobre o funcionamento dos programas governamentais utilizando a etnografia, em especial a observação participante. Essa abordagem dialoga com o cotidiano das populações e auxiliam na tomada de decisões por parte dos gestores governamentais.

Para Bachtold e Robert (2022) os profissionais de departamentos governamentais têm solicitado informações contextualizadas e pesquisas *in loco* com maior frequência nos últimos anos. Essa demanda é reflexo da complexidade, diversidade de interesses, perspectivas e dificuldades envolvidas na implementação de políticas públicas com cidadãos da linha de frente nos serviços urbanos.

Os autores indicam que, a partir de dados maiores *quanti*, mas com olhos locais – *quali*, as etnografias, estão a cada dia sendo incorporadas aos institutos oficiais de pesquisa como importante contribuição para as questões e reflexões sobre a realidade do dia a dia da população e das instituições menores como as escolas e as famílias, provendo análises fidedignas sobre esses contextos.

As pesquisas etnográficas de abordagens crítico-epistemológico-metodológicas têm contribuído principalmente para a compreensão das desigualdades sociais, entendimento das contradições sociais e para o enfrentamento das situações injustas vividas pelos sujeitos (Erickson, 1988). Como este método de investigação a pesquisadora adquiriu lugar diferenciado em relação a outros métodos de pesquisa por centrar-se na visão dialética da cultura como um sistema de significados e mediadores entre as estruturas sociais e a ação humana inserindo atores sociais com uma participação ativa no processo transformador das estruturas sociais e por contribuir para compreender as interações de perto em alguns espaços como a escola (Mattos, 2001).

Mattos (2004, p. 66) explica que a pesquisa etnográfica compreende dois níveis: *macro* e *micro*. O *macro*, baseia-se no enquadre descritivo-analítico de descrição densa apresentado por Clifford Geertz (1989), para ele, com esse tipo de descrição é possível compreender, de maneira mais ampla e qualitativa, o universo a ser pesquisado, sem perder de vista as relações de poder mais complexas. Enquanto o *micro*, baseia-se: no enquadramento analítico das interações face a face delineados por Erving Goffman (1985); nos trabalhos microetnográficos criados por Erickson (1992); na etnografia da imagem de Kendon (1990) e nos estudos sobre gangues realizados por Becker (1963).

Para Mattos (2004), o nível *micro* é complexo, pois envolve um olhar cuidadoso sobre interações entre pessoas em espaços particulares e parte de nuances, muitas vezes, invisíveis ao próprio sujeito pesquisado. Nessa visão microanalítica, ao mesmo tempo em que se permite a ênfase nos significados das formas de envolvimento das pessoas como atores agentes de suas próprias realidades e histórias, a microanálise “[...] exige do pesquisador um olhar criterioso e detalhado sobre as ações verbais e não-verbais, olhares, pausas, tom de voz, detalhes da interação, que são revestidos de significados e tornam-se objetos da microanálise” (Mattos, 2004, p. 69).

Em relação ao nível *macro* Mattos (2001) explica que tem a ver com o entendimento da cultura local. Ela ressalta que, durante o trabalho de campo, é necessário que o pesquisador fique imerso na cultura local por um longo período na busca de eventos típicos e atípicos dos modos de vida dos sujeitos e

(...) a etnografia e um processo guiado prepondera literalmente pelo senso questionador do etnógrafo. deste modo, a utilização de técnicas e procedimentos etnográficos, não segue padrões rígidos ou pré-determinados, mas sim, o senso que o etnógrafo desenvolve a partir do trabalho de campo no contexto social da pesquisa. Nessa visão, o processo de pesquisa será determinada explícita ou implicitamente pelas questões propostas pelo pesquisador (Mattos, 2001, p.1).

Nos estudos voltados para pessoas que vivem em processo de exclusão e violência, ouvir as vozes dos sujeitos implica aprofundar o conhecimento sobre eles e suas realidades, o que muitas vezes não acontece. Ao realizar a etnografia na escola, o pesquisador “[...] busca uma descrição densa não só dos espaços, mas das interações simbólicas existentes na instituição, sobretudo, na relação professor-aluno” (Borges, 2018, p.40). Assim, pesquisar a Escola Luiz Gonzaga constitui-se em uma maneira de retratar a realidade de Rio das Pedras e permitiu compreendê-la em sua rede de significados e práticas, mediadas pelas culturas e saberes dos participantes da pesquisa.

Os níveis *macro* e *micro* em etnografia, a que se refere esse artigo é, não somente, focado no *micro- micro* da microanálise, mas de modo mais abrangente, retrata as tensões entre locais e fenômenos do cotidiano captados pelo pesquisador. Nos *loci* de estudo da pesquisa de Rosa (2019) o *macro* foi o bairro de Rio das Pedras e seu complexo geopolítico em relação a cidade do Rio de Janeiro. Situa-se, em âmbito menor: a Escola Luiz Gonzaga; as residências das famílias dos alunos; a sede da Amarp; o entorno do rio de divide Rio das Pedras etc. Enquanto o *micro* é definido: pelas complexas redes interações sociais e interrelações das pessoas e suas histórias locais; pela Milícia e as relações de poder que ela envolve; as famílias, sua composição e vivências no bairro e na escola; os alunos e suas relações com os professores, diretores, pessoal da escola e com outros

alunos. Portanto, todas as emaranhadas tramas são descritas nas entrevistas e observadas em campo.

No caso da Milfícia, presente no cotidiano da população de Rio das Pedras, e o mesmo vale para outras gangues que definem um poder paralelo, na maioria das vezes, essas interações se anunciam na interdição de espaços, mediadas pelo “não dito” ou, o que é dito das formas mais diversas, mas sempre permeado pelo medo e pela incorporação dessa realidade na organização da escola, da família e do trabalho, assim como em todos os demais aspectos da vida da comunidade dominada pelo crime.

Assim a pesquisa etnográfica se define como, mais do que um conjunto de recursos para coletar dados, ela desenvolve um olhar mais sensível para as questões menos visíveis no cotidiano escolar (Castro, 2015). Nesse sentido, de acordo com Mattos (2001, p.13-14) é importante ressaltar alguns elementos metodológicos a serem considerados pelo pesquisador ao realizar o trabalho de campo etnográfico, são eles:

i) um extensivo trabalho por um longo período de tempo no campo num determinado local; ii) um cuidadoso registro sobre os acontecimentos ocorridos neste local: notas de campo, registros de arquivos e documentos, gravações de imagens e áudio, memorandos, fichas, cadastros; iii) uma análise indutiva dos dados, iniciando do particular para o geral e voltando ao particular de maneira enriquecida; iv) uma relação dialética entre objetividade e subjetividade; v) uma reflexão analítica desses documentos colhidos no campo e o registro do significado numa densa e detalhada descrição, utilizando vinhetas narrativas, citações de entrevistas, descrições de lugares e situações observadas, descrições gerais em forma de gráficos, tabelas e descrições estatísticas; vi) uma interpretação de dados em múltiplos níveis; uma preocupação com a influência da história na leitura e interpretação dos dados e vii) uma preocupação constante com uma postura ética do pesquisador. (Mattos, 2001, p.13-14)

Ainda em relação ao trabalho de campo, Mattos (2005) afirma que esse envolve procedimentos nos quais o processo indutivo é fundamental na escolha das categorias, que não são escolhidas previamente, mas a partir da inserção ao campo. No decorrer do processo de uma pesquisa de campo, os dados encontrados podem ser diferentes das hipóteses iniciais da pesquisa e assim, a resignificação das hipóteses iniciais são constantes, esse processo foi chamado por Hammersley e Atkinson (1995) de hipóteses progressivas. Por esse movimento entende-se que o observador participante pode entrar no campo com uma lista predefinida de itens, com questões e hipóteses predeterminadas, ou com um esquema de observação definindo, *a priori*, os comportamentos ou eventos a serem registrados. Nesse caso, entende-se que, se o engajamento do pesquisador em uma pesquisa

etnográfica, não obter profundidade na observação, o grau de credibilidade do sistema de observação fica comprometido.

Ao considerar o descrito por Mattos (2001, 2005), entende-se que a pesquisa etnográfica e a análise indutiva dos dados exigem do pesquisador tempo e conhecimento dos princípios básicos etnográficos, a fim de obter um relato do estudo que retrate a realidade investigada e não apenas resultados de pesquisa. E dentro desta perspectiva, o poder paralelo presente no *loci* de pesquisa são tanto objeto da análise, como delimitadores da construção do próprio campo, afetando a sua descrição. Nas palavras de Szeremeta, (2017, p. 5), “[...] o etnógrafo anota, registra, cataloga o acontecimento presente, que existe naquele momento de pesquisa de campo, o que poderá ser consultado, novamente a partir de sua organização de pesquisa, diários, cadernetas etc.”.

Como assinala Burgos (2002), no caso de Rio das Pedras, a Milícia assume a segurança local em função da ausência de segurança pública do Estado, ela ganha força em locais vulneráveis e áreas consideradas de risco onde o Estado não está presente. A Milícia explora: o setor imobiliário com construções de prédios: os serviços essenciais – controle do gás, distribuição de acesso à rede de internet, o transporte alternativo etc. As dimensões *macro* e *micro* da etnografia permitem compreender como a configuração espacial é afetada pelo poder miliciano.

Dentre os diferentes tipos de construções de casas, prédios e estabelecimentos comerciais estão: bares, restaurantes, farmácias e casas lotéricas, associação de moradores, escolas públicas, particulares e creches. Nesses lugares, o vai e vem das pessoas que circulam evidencia a precariedade desses serviços, em especial a rede de energia elétrica, esgoto, coleta de lixo e outros serviços essenciais, que dialogam com as vulnerabilidades dos moradores em seu dia a dia. A percepção do cotidiano é embasada pela teoria.

Concordamos com Mattos (2004), que desenvolver pesquisas etnográficas em educação, em particular na escola, é uma ação complexa por envolver concepções de um espaço já conhecido. Daí a importância da triangulação para a validação dos dados, o que ocorreu na pesquisa de Autor por meio do uso de variados métodos de coleta, permitindo perceber divergências e ancoragens no processo de pesquisa e da confirmação ou não das informações coletadas.

Sobre o estudo de caso etnográfico pode-se dizer que a opção por esse instrumento é diferente na pesquisa etnográfica do que em outras abordagens metodológicas, teorias e práticas. Seu formato é importante para o estudo em escola e de outros espaços sociais. André (1984; 2013) em seus ensaios, apresenta as principais características de um estudo de caso em etnografia. A autora revela que estudos de casos etnográficos tem sido cada vez mais utilizados em pesquisas sobre a escola. A autora sugere que os relatos de caso mostrem um estilo narrativo e forma de vinhetas, pois a sua “(...) preocupação é

com a transmissão direta, clara e bem articulada do caso” (André, 2013, p. 101). Para a pesquisadora:

o estudo de caso começa com um plano muito aberto, que vai se delineando mais claramente à medida que o estudo avança. A pesquisa tem como ponto inicial uma problemática, que pode ser traduzida em uma série de questões, em pontos críticos ou em hipóteses provisórias. A problemática pode ter origem na literatura relacionada ao tema, ou pode ser uma indagação decorrente da prática profissional do pesquisador, ou pode ser a continuidade de pesquisas anteriores (André, 2013, p. 98).

### 3 A pesquisa em Rio das Pedras

No estudo de Rosa (2019) foram utilizados, os seguintes instrumentos de pesquisa: observação participante com o uso de recursos audiovisuais; entrevistas etnográficas realizadas com os participantes na escola, em visitas às residências dos alunos em locais que a pesquisadora pode ter contato com outros sujeitos secundários ao trabalho; estudo de caso da Escola Luiz Gonzaga e, complementando esses instrumentos, foram coletados documentos produzidos pelos alunos e pela escola, relativos as atividades acadêmicas.

A observação participante e as entrevistas contribuíram de forma significativa para o estudo desenvolvido. Com os relatos das famílias, buscou-se compreender os fatos que faziam parte do cotidiano dos alunos e outros participantes da pesquisa.

A observação participante foi o principal método de coleta de dados utilizado na pesquisa. Os eventos observados, quando possível, eram gravados ou anotados em cadernos de campo, o que permitiu revisá-lo *a posteriori*. Além da observação, pode-se lançar mão da entrevista etnográfica para aprofundar o conhecimento sobre os fatos e pessoas observadas. Em função da complexidade dos fenômenos observados e dos limites de processamento da informação pelo pesquisador para compreender todos os aspectos em uma única observação, Erickson (1988, p.15) afirma que:

(...) através de repetidas observações de um tipo particular de evento, o pesquisador pode dar atenção seletivamente a diferentes aspectos do evento, desenvolvendo assim, com o tempo, uma compreensão cumulativa de todo o evento, o que não seria possível em uma única observação. (Erickson, 1988, p.15)

A entrevista utilizada como um instrumento de coleta de dados contribuiu na identificação de evidências na perspectiva dos participantes sobre como eventos se interconectam (Mattos; Castro, 2015). Com as entrevistas etnográficas, Rosa (2019) obteve as histórias das famílias, muitas vezes gravadas em audiovisual. O tipo de entrevista utilizada pela autora embasou-se nos pressupostos dos trabalhos de Frederick Erickson. Para ele,

em um primeiro momento, não é possível detalhar através da observação participante as nuances das interações e a compreensão dos fatos culturais a cerca deles. O autor diz que um dos objetivos é fornecer evidências, que podem ser confirmadas, ou não, por um processo de triangulação de dados.

Erickson explica (1988, p. 18) que “(...) as inferências sobre os pontos de vista dos participantes que foram feitas pelo pesquisador com base na observação participante”, são comparadas com as novas evidências através de diferentes fontes de dados, em um processo que ele nomeia de triangulação. Para o autor: “(...) a entrevista, a coleta de registros escritos, anúncios, memorandos e carta (...) fornecem uma maior triangulação pela qual as inferências interpretativas podem ser testadas, já que oferecem evidências sobre eventos que o observador não pode testemunhar diretamente” (Erickson, 1988, p. 18).

Para Rosa (2019), o simples ato de escrever em seu caderno de campo se constituía em uma ação perigosa, os registros de imagens e áudios, eram proibidos e o acesso ao *loci* controlado. A todo o tempo, a pesquisadora tinha uma sensação de estar sendo submetida a uma vigília invisível, um controle panóptico (Foucault, 2004), algumas vezes, seu medo era introjetado em sua mente, numa mistura de inadaptação à cultura local e terror, prevenindo as consequências que poderiam ter suas ações, sem saber bem de onde poderiam vir as sanções derivadas delas.

Na sala de aula, durante a observação participante, havia intenção da pesquisadora em identificar a origem do aluno. Para isso, foi solicitada uma atividade escrita com o título – O lugar onde nasci, baseado em Mattos e Castro (2005) em seus estudos sobre a realidade dos alunos. No dia 09 de novembro de 2016, a professora colaboradora iniciou uma aula com a pergunta:

Professora Maria – Alguém viu televisão hoje ou internet?

Aluno Bruno – O que tem de importante?

Aluno Pedro – ah, a eleição dos Estados Unidos, a Trump ganhou.

A classe iniciou uma discussão sobre imigração internacional, eles se pautaram nas dificuldades enfrentadas pelas pessoas que tentam viver nos Estados Unidos e que entram ilegalmente no país. A professora pergunta e, em seguida, responde:

Professora Maria – imigrante: o que é ser imigrante? São pessoas que saíram do seu lugar e foram morar lá.

Vários alunos falam juntos: – ah, o Donald Trump não gosta de imigrantes

Assim, foi solicitado pela pesquisadora aos alunos que rescrevesse um texto, ou fizessem um desenho sobre o tema de sua pesquisa. Foram produzidos 36 desenhos ou textos sobre o contexto familiar de migração. Após a análise do material, foi identificado,

o lugar de origem, as relações de afetividade e de mobilidade das famílias. O resultado apontou que a sala de aula investigada é composta em sua maioria por alunos e alunas de origem nordestina, sendo eles próprios imigrantes e/ou filhos e filhas de imigrantes. Esse instrumento de coleta contribuiu para entender a vida dos residentes de Rio das Pedras e para selecionar as famílias que foram visitadas para a entrevista.

Esses fatos lembram os estudos de Green, Dixon e Zaharlick (2005, p. 18), sobre as surpresas e questões que surgem ao longo do trabalho de campo. Para as autoras, o etnógrafo deve “[...] buscar dar visibilidade às suas práticas diárias invisibilizadas ao um grupo cultural que está envolvido e descrevê-las, fazendo delas recursos materiais que os etnógrafos usam na construção de uma teoria da cultura sustentada nesses princípios” (Green; Dixon; Zaharlick 2005, p. 29).

A partir das vozes dos sujeitos participantes do estudo de Autor (2019) morar em Rio das Pedras é vivenciar a cultura nordestina, podendo ser constatado nos letreiros e faixadas dos comércios a sua identidade, caracterizado pelo processo migratório da Região Nordeste para o Rio de Janeiro.

A mobilidade como categoria central de análise, mostrou como é o processo de “ir e “vir”, isto é, como a mudança de um local para outro pode contribuir para explicar o crescimento populacional e a exploração imobiliária em Rio das Pedras. Nesse estudo, o “ir” significar o outro, aqui entendido como alteridade geográfica porque o outro é lugar, cidade, estado, isto é, uma relação de ausência e presença pautada na distância. O “ir” é entendido, nas vozes dos sujeitos que saíram do Nordeste para o Rio de Janeiro, como sair do seu local de origem em busca de melhores condições sociais. Enquanto “vir” significa retornar para o lugar de origem, voltar para o local de nascimento para manter vínculos familiares, ou áreas próximas, ao que entendemos como migração de retorno, isto é, o retorno para o lugar de pertencimento.

O acesso aos *loci* do estudo aconteceu com a mediação de uma integrante do Núcleo de Etnografia em Educação (NetEdu), grupo de pesquisa associado à Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ-EDU). A integrante do núcleo, decidiu colaborar com a pesquisa, devido ao fato de possuir familiares que moravam em Rio das Pedras. Utilizando-se do critério família imigrante do Nordeste e com filhos e filhas matriculados na escola pública, foi possível conhecer famílias em mobilidade dos estados do Nordeste para Rio das Pedras. Assim, foram iniciadas as observações, semanalmente, a pesquisadora foi a campo perfazendo um total de 20 (vinte) visitas com encontros regulares com os sujeitos e pessoas da comunidade.

Os participantes primários da pesquisa foram 41 (quarenta e um) alunos e alunas do 4º ano do ensino fundamental, compunha o grupo de entrevistados três famílias; os sujeitos secundários foram: diretora, coordenadora, professores e funcionários membros da comu-

nidade escolar e outras duas famílias de migrantes do Maranhão e do Ceará. O diálogo com os participantes ocorreu por meio da confiança que se estabeleceu entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa, para a realização das entrevistas, que foram gravadas com recursos audiovisuais. Conhecer a escola que fica próxima a moradia das famílias participantes do estudo foi fundamental, pois dela partiram os contatos para a coleta de dados.

Entre as entrevistas realizada destaca-se o relato é Josefina, uma mulher de 32 anos de idade, residente de Rio das Pedras, com o marido e um filho de 6 anos, ela conta sua experiência no trabalho em um restaurante e revela que com o fim do contrato de aluguel do imóvel onde funcionava o restaurante ela ficou desempregada. Josefina explica que as atividades remuneradas, para os homens, são em geral: na construção civil; em serviços noturnos nos restaurantes e pizzarias. Enquanto para as mulheres são atividades diurnas como: vendedora; atendentes em óticas; diarista; faxineira; caixa de farmácia e de supermercado.

Pela fala de Josefina conclui-se que a tensão gerada pela instabilidade no emprego e o desencontro de horários de trabalho entre o casal trás dificuldades para as famílias em relação a criação dos filhos e o atendimento às demandas da escola. O “ir e vir” das pessoas nas famílias provoca instabilidade na frequência e permanência dos filhos na escola, conclui-se daí que com o aumento da ocupação territorial de Rio das Pedras e à crescente procura por vagas para alunos na Escola Luiz Gonzaga, muitos alunos ficam fora dela.

Em Rio das Pedras a Milícia é o poder, ela e opera em diversos espaços e na vida das pessoas. Os sujeitos participantes do estudo de Autor confirmaram que eles e os comerciantes locais pagam propinas à Milícia para a manutenção da vida na favela. Os recursos são destinados à: infraestrutura (construção e reformas); aluguel das casas; transporte alternativo e para utilizarem serviços básicos com: gás de cozinha, água, internet, tevê à cabo, entre outros. Tem-se percebido que a milícia tem expandido o já explorado setor imobiliário, com construções de prédios, uma das formas de adquirir recursos financeiros e enriquecer os negócios dos que lideram a região, bem como atuar no controle dos moradores.

Para os gestores e professores da escola, o aluno é aquele que precisa de outras experiências para adquirir conhecimentos. Entretanto, eles não têm, ou têm poucas oportunidades para visitarem exposições, museus, cinemas, teatros e é através das atividades oferecidas pela escola que se familiarizam com a cultura do Rio de Janeiro. De modo geral, a família é ausente devido as situações como: a separação dos pais; dificuldade de a mãe levar o filho à escola; violência permanente na comunidade; e ainda, o machismo característico das mulheres e homens nordestinos. Conseqüentemente, a escola enfrenta dificuldades em lidar com os alunos.

Os pais, por sua vez, justificam que têm pouco tempo para conversar com seus filhos, para ler e discutir questões como a violência na comunidade, na família e na organi-

zação doméstica. Desse modo, a escola é um espaço que substitui as famílias na formação sociocultural das crianças. Entretanto, os valores familiares são diferentes dos da escola, causando outras formas de conflito.

Nesse contexto, muitas crianças vivenciam a exclusão social e educacional. Por outro lado, a escolarização é vista como uma oportunidade, uma condição para acesso ao emprego, a melhores salários e como parte da ascensão social do aluno. Porém as condições sociais de suas famílias e a mobilidade delas, quase sempre, ocasiona a saída precoce do aluno que entra e sai da escola durante o período letivo, fato que justifica, na visão dos gestores da escola o baixo aproveitamento acadêmico deles.

As falas dos sujeitos participantes do estudo, eram reveladoras da violência e da violação de direitos humanos. Isso se verificou, não somente no desenrolar da pesquisa, mas foi observado, permanentemente no dia a dia da vida em Rio das Pedras.

Na pesquisa de Rio das Pedras, a Milícia detém o controle dos espaços, do tempo e das pessoas, o que implica o controle da escola. Por exemplo, a realização de uma atividade corriqueira da escola como o conselho de classe, demanda negociação com os chefes da milícia. O encontro não se realiza sem comunicação e consentimento prévio desses bandidos. Por vezes, a escola precisa dialogar com o poder público oficial e lança mão da intermediação do poder paralelo se quiser ser ouvida oficialmente, pois sem passar pelo crivo da Milícia os oficiais do governo não perdem tempo em ouvir as demandas da escola.

Descritas sucintamente a pesquisa de Rosa (2019) passa-se a resumir outras pesquisas etnográficas realizados no âmbito do NetEDU/UERJ e que também apresentaram dificuldades e restrições por terem sido desenvolvidas em locais perigosos.

#### **4 Outras etnografias: diferentes locais e os mesmos desafios**

Essa sessão foca em outras etnografias, que como a de Rosa (2019) demonstram como no fazer etnográfico o pesquisador pode enfrentar perigos relacionados a: temas difíceis de pesquisar, locais complicados para a realização do trabalho de campo; sujeitos de pesquisa que demonstram comportamentos e realizam ações ilegais durante as observações pelo pesquisador, e; inúmeras situações que fogem ao controle do pesquisador.

O objetivo é demonstrar através dessas etnografias os *loci* perigosos. Elegemos as pesquisas de: Borges (2018); Vasconcelos (2016, 2010); Almeida (2013) e Castro (2006). Elas têm em comum: serem resultados de trabalhos acadêmicos de final de curso de pós-graduação; serem etnografias e, portanto, utilizarem instrumentos comuns a essa metodologia como observação participante, entrevistas, estudos de caso e documentos; possuírem a mesma orientadora acadêmica e assim, seguirem normas e procedimentos parecidos; utilizarem o quadro analítico *bottom-up*, criado por Mattos (2022); quase todas utilizarem

análises computacionais para gerarem os seus resultados, e por fim; descreverem em viñetas os resultados que incluíram as dificuldades em sua realização.

Em relação a forma como essas etnografias abordaram os sujeitos. Elas fizeram uso do processo *bottom-up* de análise, o que significa que, consideraram as perspectivas sujeitos como prioritárias, respeitando as suas vozes, que preponderaram em relação aos demais participantes do trabalho. Para Mattos (2022) essa construção analítica está ancorada na realidade social vivida no dia a dia dos participantes, o olhar de “baixo para cima” contribui para as reflexões sobre a escola pública brasileira, pois a análise dialógica construída pelas falas, contrastam com nas relações de poder usuais *top-down*. As relações *bottom-up* são resultados de um constante movimento, que inverte as relações hierárquicas de poder. Para Borges (2018, p. 64) o processo de análise dialógica é aquele em que as interações ocorrem entre o texto, as vozes da pesquisa, as reflexões teóricas advindas da literatura revisada. Em complemento ao trabalho de Mattos (2022), Borges entende que a pesquisa ocorre em uma relação de “cima para baixo” e de “baixo para cima” e o sentido que se dá aos dados é criado a partir da perspectiva do sujeito pesquisado, por este motivo privilegia-se, sempre, as vozes dos sujeitos em mobilidade, assim como a dos demais colaboradores com o estudo.

O *loci* de pesquisa no trabalho de Borges (2018) foi uma escola em Austin, bairro considerado um dos locais mais violentos do município de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. O pesquisador viajava uma longa distância para chegar à escola e, devido aos atrasos no transporte público local, nem sempre ele conseguia chegar há tempo para o início das atividades escolares, esse fato se revelou como uma dificuldade para ele, pois, não raro, ele esperava no pátio da escola, onde presenciava atividades ilícitas dos alunos, como por exemplo: fazer uso de drogas e pular os muros da escola. Lidar com essas informações, posicionava-o em uma situação fragilizada – deveria ele esconder, ou não, esses fatos das autoridades da escola? Estaria ele contribuindo para que esses eventos se tomassem mais extremos, de modo que os alunos se envolvessem em atividades ilícitas mais perigosas ou até mesmo com a polícia? Essas reflexões retiradas das anotações do caderno de campo de Borges mostram as decisões difíceis que permeavam sua pesquisa e que ele enfrentou na tarefa de fazer etnografia.

As pesquisas de Vasconcelos (2016, 2010) trataram de um tema controverso e complexo, para ela, para os pesquisados e, para a sociedade como um todo – a repetência escolar. Não a repetência regular, mas aquela que se dá repetidas vezes, nos casos mais graves relatados, 5 vezes ou mais. As relações entre os alunos participantes do estudo, seus familiares, professores e pessoal da escola, se encontravam esgaçadas pelas turbulências causadas pelas vivências dessas pessoas, na escola e fora dela. Embora a pesquisa tenha se dado em um pacato bairro da cidade de Cabo Frio, região dos lagos e paraíso

paisagístico do Estado do Rio de Janeiro. O tema sensível, para não dizer indesejável da pesquisa de Vasconcelos a colocava em risco, assim como as consequências advindas dos resultados do seu trabalho. Vasconcelos teve acesso a mais de 800 documentos sigilosos da escola, entre laudos médicos e paramédicos e relatórios de: psiquiatras, psicólogos, fonoaudiólogos, orientadores educacionais e professores.

A citação a seguir é um exemplo das transcrições de conselhos de classe, entrevistas e conversas entre Vasconcelos, a professora e a diretora da escola pesquisada.

[...] famílias envolvidas com drogas tá, é... [...] crianças que moram com padrasto e é... brigas familiares com a mãe, com o pai, e com o padrasto, é... tem até um caso de prostituição, um caso de prostituição infantil na turma, é... tem casos de higiene seriíssimos, seriíssimos...

[...] Eu fui buscar ela em casa, porque a escola sugeriu que ela ficasse em casa pra tratar do piolho e da sarna e não voltou nunca mais, tanto que deu 97 faltas e eu fui até a casa dela pra saber se ela tinha morrido né? Aí cheguei lá, conversei com a avó, falei, falei, falei, desde então, ela não faltou nunca mais.

Ela teve sarna e ela teve, não justifica as 97 ta, mas ela teve sarna e ela teve piolho. E nós sugerimos, foi até uma das falas na casa dela [...], mas não fomos nós que não deixamos ela ir na escola, foi a escola que sugeriu..., aí eu falei: 47 dias? Porque aí não é possível, ela tem um histórico também, eu já fui preparada pra isso. Mas a justificativa é que, não temos como atestar, eu não sei se isso serve também pra justificar, mas ela teve sarna e piolho e precisou ficar em casa pra se tratar, tanto que ela raspou a cabeça.

E você sabe também por que ela não está vindo, porque ela não tratou o piolho, ela raspou a cabeça, tanto que eu comprei umas xuxinhas pra ela, ela falou: tia, tá ridículo! ela fica com aquela touca, eu falei: Larissa, pelo amor de Deus, larga essa touca, olha o cheiro.

Cláudia que ficou afastada é [...] ficou afastada da escola para tratar a sarna, que ela estava com sarna e com piolho, né! Teve até que raspar a cabeça, e está usando touca o tempo inteiro (Vasconcelos, 2010, p. 37 e 28)

Vasconcelos complementa suas análises com os dados de documentos que teve acesso na pesquisa de 2016, onde pode ratificar, com esses documentos, as justificativas para reprovar a criança foco das conversas anteriormente citadas. No caso, são dois documentos, um laudo de exame eletroencefalográfico e o parecer do médico que examinou a criança:

Mapeamento - Eletroencefalográfico Cerebral: Exame feito em boas condições de cooperação, paciente em vigília. Mapeamento da atividade elétrica cerebral de base mostrando adequada organização e simetria, com predomínio da frequência alfa (9-10 Hz) nas regiões posteriores de ambos os hemisférios cerebrais (imagens gráficas coloridas). A análise promediada das épocas identificadas no eletroencefalograma

computadorizado como Identificação mostrou a presença de atividade anormal por ondas lentas (delta teta) de projeção predominante no hemisfério cerebral direito (imagens gráficas coloridas) As imagens observadas dinamicamente, como resultado do processamento computadorizado da variação instantânea das amplitudes dos ritmos cerebrais, confirmaram os achados acima descritos.

Conclusão: Mapeamento eletroencefalográfico computadorizado Brain Mapping mostrando atividade elétrica anormal por ondas lentas de projeção predominante nas áreas do hemisfério cerebral direito.

Parecer Médico: Paciente com quadro de TDAH, tendo sido submetido a E.E.G com Mapeamento Cerebral que apresentou Identificação Cerebral Iniciado Medicação específica (Vasconcelos, 2016, p. 148).

Os fatos descritos nesses documentos formam recorrentes nos inúmeros documentos, os quais Vasconcelos teve acesso durante os 6 anos de duração da pesquisa nessa escola. Eles denunciam o tipo de violência vivida pelos sujeitos pesquisados e das saídas encontradas pelas autoridades escolares para justificar as repetidas reprovações. Acreditamos que uma simples denuncia, as autoridades ligadas à Secretaria de Educação do Estadual do Estado do Rio de Janeiro (Seduc), poderia provocar um inquérito administrativo para a escola e profissionais envolvidos dada a gravidade dos fatos e a displicência ou banalização das condições de vulnerabilidade de alguns alunos. Para a Vasconcelos, a “saia justa” a qual foi exposta, foi conhecer os fatos e ter que se distanciar deles para dar continuidade ao trabalho que se popôs. Em detrimento do bem-estar da criança, o silêncio imposto a ela pelos fatos coletados na pesquisa, obedecendo aos princípios éticos envolvidos, corrompem sua alma. A violência e o descaso, promovido pela escola, deixam marcas na pesquisadora, que teve que lidar com essas dificuldades como parte do fazer etnográfico.

Soma-se às etnografias do NetEdu a pesquisa desenvolvida por Castro (2006) que demonstra o intrincado ofício de ser etnógrafo. O tema dessa pesquisa foi – o controle. A pesquisa se deu em uma escola à margem da Avenida Brasil, uma das vias mais perigosas do Rio de Janeiro. O acesso em si, demandava atenção e cuidado, mas foi na escola que Castro vivenciou situações extremas: em sala de aula, na sala de professores, no pátio da escola e fora dele. Como exemplo, destaca-se uma situação de sala de aula.

O *locus* de pesquisa foi a sala de aula de uma 4ª série do ensino fundamental, espaço onde Castro, (2006, p. 90), vivenciou uma situação de violência extrema demonstrada por um acesso ou surto da professora. Ela grita com um aluno de maneira assustadora, a cena se passa assim:

Sheila: Vamos sossegar aí? Gerson (erra o nome do aluno) ... vamos parar com a necessidade de se aparecer! Vamos sentar ... Eu quero vocês sentados...

Gerson: Mas eu tô sentado...

Sheila: Felipe, você já fez sua tarefa? Senta no seu lugar!

Sheila: Olha só, não quero ninguém em pé. Senão não consigo ver. (Nesse momento todos os alunos estão sentados).

Sheila: Marcelo, vai sentar no seu lugar!

Marcelo: Não quero sentar não!

Sheila: Você não quer ficar sentado não? Então vou tirar sua cadeira e vou te deixar em pé até o final! Tá bom assim?

Ela arrasta a cadeira para frente da sala. Ele fica passeando pela sala.

Sheila: Mas também você vai ficar parado aí!

Ela retoma o texto e Marcelo deita no chão, colocando a mochila como apoio.

Sheila: Marcelo, você vai parar de palhaçada ou vou ter que tirar você da sala de aula? (agora o aluno está de joelhos e apoiado na mesa).

Pega sua cadeira! Vai lá. (o aluno não se levanta e a professora pega a cadeira)

O fato poderia ser interpretado como mais um evento de insubordinação de um aluno, entretanto, o tema da aula era o uso de drogas e o aluno em questão era sobrinho de um traficante que havia sido decapitado e sua cabeça colocada na passarela que dá acesso à escola no dia anterior ao evento. O menino, certamente, revoltado com a barbárie promovida pela polícia carioca, se encontrava vulnerável naquele momento, a aula provocou uma crise e como consequência, o grito desesperado da professora.

A análise que se pode fazer da vivência de Castro (2006) nessa sala de aula mostra que o pesquisador, pode, a qualquer momento, se tornar vítima de uma crise ou surto por parte dos sujeitos que estão no *locus* observado. No caso, ela vivenciou a violência da professora e em contrapartida, a do aluno, somente mais tarde, buscando entender o que aconteceu, ela experimenta de perto, o quanto a escola e os sujeitos pesquisados estavam envolvidos com atividades criminosas vividas pelas pessoas no entorno da escola.

O último estudo a ser explorado nessa sessão é o de Almeida (2013). Ela pesquisou mulheres presas em dois presídios: um no Rio de Janeiro e o outro em Brasília, no Distrito Federal. Em geral, os presídios femininos são únicos, então fica difícil evitar sua identificação. No entanto, por questões éticas Almeida caminhou entre os fatos que vivenciou no campo de estudo maneira singular, evitando constrangimentos para essas instituições e assim as limitações impostas ao trabalho. No contexto dos lugares perigosos, as prisões, são particularmente representativas, nesse caso, as mulheres, eram mães e, em sua maioria, estavam acompanhadas dos recém-nascidos.

A pesquisa ocorreu sob a resistência constante dos responsáveis institucionais, a entrada de Almeida e sua equipe foi autorizada judicialmente e determinada por autoridades fora do âmbito institucional. Embora o “faz de conta” nas falas das autoridades locais fosse de que colaboravam com o trabalho, algumas características do desenvolvimento da pesquisa nesses locais mostravam a sua inaceitável presença. Por exemplo, um dos locais de entrevista era a sala da guarda com a presença das policiais, o que restringia e intimidava

as detentas e as pesquisadoras. As policiais escolhiam as detentas a serem entrevistadas – sabe-se que eram escolhidas aquelas que eram percebidas como menos problemáticas.

Como exemplo dos perigos que as pesquisadas, Almeida e sua equipe estavam expostos, no presídio de Brasília, as detentas conviviam – lado a lado, com uma cela reservada aos estupradores – homens condenados, que de acordo com as autoridades daquela instituição, estariam em risco de vida, caso cumprissem pena em presídios masculinos. Não raro, encontrávamos esses estupradores trabalhando nos jardins no entorno da prisão, eles assoviavam para as moças da equipe e zombavam delas sob a vista dos policiais que os acompanhavam. Certamente, nos primeiros dias das visitas, Almeida e equipe, não tinham conhecimento de quem eles eram e o quão perigosos eles poderiam ser.

As dificuldades enfrentadas na pesquisa de Almeida (2013) eram extremas, resultando em muito estresse para todos os pesquisadores. Para citar mais um exemplo. A pesquisa nesses *loci* foram autorizadas por juízes de autoridades superiores à administração local das prisões. Essas autorizações levaram meses para serem obtidas, mas permitiam o uso gravações em vídeos de todos os procedimentos de pesquisa. Portanto, muitos equipamentos faziam parte dos aparatos para a entrada nos *loci*. No entanto, em todas as visitas, durante os dois anos do trabalho de campo da pesquisa, os guardas na entrada desses espaços, esqueciam dos pesquisadores na portaria, por horas (entre 1 e 2h), somente depois desse longo período de espera era permitida a entrada da equipe de pesquisa. Compartilhando os mesmos dados, mas com temas distintos as pesquisas nas prisões foram publicadas em forma de livros por Almeida (2016) e Mattos *et al* (2016).

## 5 Considerações finais

Os estudos etnográficos são capazes de obter informações não captadas pelas pesquisas quantitativas de modo geral. As tomadas de decisões pelos pesquisadores implicam em informações que auxiliam os gestores em políticas públicas que ao terem acessos a esse tipo de pesquisa, não pode menosprezar os fatos socioculturais e o dia a dia nos *loci* pesquisados e assim, podem visualizar as realidades dos territórios violentos, das desumanidades, das vulnerabilidades dos sujeitos pesquisados e sobretudo, das implicações em se fazer etnografias em locais perigosos.

Essa sensação de segurança em relação ao Estado e à própria Milícia, persiste até hoje, pois os moradores preferem pagar por serviços ilegais, a terem acesso legal a esses serviços e, por isso, sofrerem retalhações dos donos da favela. Essas retalhações vão de visitas inesperadas desses bandidos às residências com ameaças, até o extermínio de famílias inteiras ou alguns de seus membros, com a expulsão de suas casas. Em contradição, dada a complexidade urbana que envolve a cidade do Rio de Janeiro, a favela de

Rio das Pedras é percebida pelos seus moradores como um lugar tranquilo, se comparada a outros locais do Rio de Janeiro, que sofrem diariamente com as violências dos policiais, dos membros do crime organizado, da Milícia e outros contraventores que circulam nesses espaços.

Em relação às favelas da cidade do Rio de Janeiro, de um modo geral, uma pesquisa recente do Instituto de Pesquisa Data Favela (2023)<sup>2</sup> revelou que existem mais de dez mil favelas no Brasil. Somente na cidade do Rio de Janeiro elas soma mais de duas mil, 790 (setecentos e noventa) reconhecidas, nomeadas e mapeadas pela prefeitura da cidade<sup>3</sup>. Com aproximadamente 16.615.526 (dezasseis milhões, seiscentos e quinze mil, quinhentos e vinte e seis) habitantes, o Rio de Janeiro possui 10 % (dez por cento) dessa população, vivendo nesses aglomerados urbanos. Com aproximadamente 27.573 (vinte e set mil, quinhentos e setenta e três) habitantes, Rio das Pedras é a terceira maior favela do Rio.

Para entender as características locais, é importante analisar o papel da Milícia no comando da favela de Rio das Pedras, suas ações e forma de violação dos direitos humanos no local. Neste sentido, inicialmente, é necessário entender o conceito de Milícia. Elegu-se o conceito criado por de Zaluar e Conceição (2007, p. 90) para explicar a suposta segurança oferecida por esse grupo de criminosos. As autoras explicam que “[...] o termo encobre uma multiplicidade de situações que vão desde moradores não pagos encarregados por vizinhos de fazer a segurança da área, ou mesmo moradores pagos para o mesmo fim que seriam vigilantes, até os ex-policiais” (Zaluar; Conceição, 2007, p. 90). As autoras explicam que a Milícia recebe por um valor pago pelas atividades de segurança local, denominados de moradores vigilantes que correspondem a um grupo que pode ter tido um serviço militar obrigatório; eles se enquadram no perfil dos membros da Milícia também em outras partes do mundo. Na Venezuela, por exemplo, a Milícia corresponde a um grupo simpatizante e defensor do governo contra as forças invasoras, composta por associações civis com atuação semelhante a militar, porém, tem reconhecimento do governo e dele recebe remuneração.

Mesmo sabendo das possíveis limitações, Rosa (2019), definiu Rio das Pedras como *loci* da pesquisa. Essa foi uma opção importante pois a favela é um enorme conglomerado social urbano cuja população é quase que totalmente originária do Nordeste. Essa característica, associada à complexa mobilidade das famílias, trouxe ao estudo ineditismo e inovação na área da Educação. Os impactos dessa movimentação diaspórica da população entre os jovens, em sua maioria, nascidos em Rio das Pedras e matriculados na Escola Luiz Gonzaga, contribuiu para entender as sutilezas que envolvem a vida dos moradores

---

<sup>2</sup> [https://wikifavelas.com.br/index.php/Data\\_Favela](https://wikifavelas.com.br/index.php/Data_Favela)

<sup>3</sup> [https://wikifavelas.com.br/index.php/Lista\\_de\\_Favelas\\_do\\_Rio\\_de\\_Janeiro#Lista\\_de\\_favelas,\\_de\\_acordo\\_com\\_a\\_prefeitura\\_do\\_Rio\\_de\\_Janeiro](https://wikifavelas.com.br/index.php/Lista_de_Favelas_do_Rio_de_Janeiro#Lista_de_favelas,_de_acordo_com_a_prefeitura_do_Rio_de_Janeiro)

e suas experiências pedagógicas no interior da escola. Assim, a partir da discussão sobre as características da etnografia como metodologia, descreve-se o trabalho de Rosa (2019).

A compreensão do que se passa no entorno e interior das escolas não é revelada pelos estudos *macro-quantitativo* como os realizados pelos censos escolares. Estudos executados pelo IBGE, orientam políticas, mas não revelam suas nuances como os estudos *micro-qualitativo* como os etnográficos, que podem traçar o perfil das pessoas e suas culturas. No caso do Brasil, são realidades marcadas por profundas desigualdades, violentas disputas políticas e econômicas e os poderes paralelos de grupos, facções e Milícias, que banalizam o poder oficial.

O pesquisador deve ser capaz de transitar com facilidade entre os níveis *micro-macro*, e ter a capacidade avaliar o uso de recursos *quali-quantitativo*, de modo a identificar fenômenos que, muitas vezes aparecem diante de seus olhos, mas que são invisibilizados para a maioria das pessoas. Ele deve estar atento à escuta das vozes inaudíveis ao senso comum. Possuir a capacidade de leitura das realidades e de seus entornos. Estar preparado para lidar com condições adversas. Isso só se dá, através de uma formação etnográfica sólida, em diálogo com outras áreas do conhecimento.

No Brasil, um dos países mais violentos do planeta, ser etnógrafo significa enfrentar riscos e dificuldades durante todas as etapas da pesquisa. Assim, em uma escola, por exemplo, os colaboradores, correm riscos de serem cancelados, expulsos, solicitados a pedirem demissão ou a se aposentarem precocemente.

Sensível às características de uma pesquisa etnográfica e ciente da realidade de rio das Pedras, a pesquisadora desconhecia, as limitações que enfrentaria durante o desenvolvimento do trabalho de campo, mas considerou-as um desafio à continuidade da pesquisa. Em muitas circunstâncias, o uso de imagens e sons não poder ser feito. Um simples conselho de classe, para ser realizado pela escola, e/ou observado, demandava a autorização da Milícia, em razão da movimentação criminosa presente no local.

Outra face delicada das etnografias é a sua atuação em campo, tanto na saída como na entrada, a exposição do pesquisador e seus colaboradores é enorme e as consequências e repercussões imprevisíveis são as mais diversas. Isso impõe uma profunda reflexão ética sobre até que ponto se deve, ou não, solicitar essa colaboração de um *insider*, embora sem ela a pesquisa fique comprometida em termos de fidedignidade. Os custos por colaboração podem ser altos e tal fato não pode ser desconsiderado pelo pesquisador (Mattos, 1995)

À pesquisa etnográfica, se impõe outra dificuldade, a de aprová-la junto aos comitês de ética das universidades e institutos de pesquisa, posto que nem sempre os membros desses comitês compreendem as especificidades desse tipo de trabalho. Cabe ao pesquisador ser explícito quanto as justificativas para a realização do trabalho, pois os dados

obtidos podem ser fundamentais para a construção de novos conhecimentos e teorias, para a disseminação de informações sobre fenômenos relevantes sobre os locais e pessoas pesquisadas, ou ainda pela possibilidade em auxiliarem na formulação de políticas públicas, organização das escolas e sistemas escolares.

Em conclusão, foi objeto desse artigo oferecer subsídios para pensar o tema: etnografias em locais perigosos. Um tópico pouco disseminado nos veículos de publicações acadêmicas, contudo, urgentes de serem discutidos, em especial pelas suas implicações práticas, a saber: desistências de trabalhos de formação acadêmica; conflitos com comunidades pesquisadas; proibições de pesquisas acadêmicas em locais considerados difíceis; limitações de financiamentos devido a possível inviabilidade dos projetos; conflitos entre os pesquisadores e pesquisados inviabilizando o trabalho de campo e as entrevistas programadas; estresse e outros transtornos psicossociais vivenciados pelo pesquisador dadas as condições do trabalho; limitação de recurso que facilitam o registro de dados; limitações em relação as autorizações necessárias a realização do trabalho, dentre outros.

O texto se desenvolveu em cinco sessões; a primeira introduz o tema e descreve os *loci* das pesquisas que serviu de base para o conteúdo do texto; a segunda explica algumas das características da etnografia como abordagem teórico-metodológico-epistemológica; a terceira relata a pesquisa em Rio das Pedras, estudo que deu origem ao texto; a quarta sumariza outras pesquisas etnográficas e suas dificuldades; e a quinta conclui o texto.

O interesse dos autores é o de contribuir para que pesquisadores e etnógrafos em educação percebam que não estão isolados quanto aos problemas que vivenciam no campo de pesquisa e assim, ampliem essas discussões dedicando um espaço – tempo em seus trabalhos para a descreverem suas dificuldades em fazendo etnografia.

Descritas as etnografias em terrenos perigosos espera-se que esse artigo tenha cumprido a tarefa de alertar pesquisadores das dificuldades que podem ser enfrentadas desde a escolha do tema de pesquisa, sejam elas etnográficas ou não, mas que em se tratando de etnografias as situações se complicam dada a especificidade do trabalho no campo de observação e a convivência próxima do pesquisador com os sujeitos pesquisados.

A favela de Rio das Pedras possui um dos mais poderosos grupos milicianos do Brasil. Realizar uma pesquisa etnográfica, naquele local, é tanto uma atividade perigosa quanto desafiadora. Analisar os fluxos migratórios e a pobreza e seus impactos na educação nessa realidade somente poderia ser realizada com sólida formação teórica, acompanhada dos cuidados e precauções aqui narrados. De outra forma, os riscos teriam sido bem maiores.

A exposição ao poder paralelo, à barbárie e ao humor dos milicianos, fatalmente, poderia levar o etnógrafo a um desfecho trágico. Por outro lado, seria ilusório imaginar que a pesquisa etnográfica é imune ao risco. O que se pretendeu nesse artigo, foi tanto narrar

a experiência dessa pesquisa, como pensar formar de realizar estudos semelhantes sem expor o pesquisador a perigos que poderiam ter sido evitados.

Esta é uma discussão que seguirá em aberto, tendo sido a nossa proposta, oferecer elementos para o aprimoramento da etnografia em educação em territórios perigosos na esperança que o leitor tenha podido extrair um relato que lhe seja útil e com elementos para a realização de pesquisas em situações semelhantes.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sandra Maciel de. **Educação de Mulheres e Jovens Privadas de Liberdade: um estudo de abordagem etnográfica**. 2013. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.
- ALMEIDA, Sandra Maciel. **Educação de mulheres e jovens privadas de liberdade: Vulnerabilidade Socioeducacional e Contingências da Privação**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. E-book.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. 3ª Ed. Brasília: Liber Livros, 2008.
- ANDRE, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação?. **Revista da FAAEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, dez. 2013. Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-70432013000200009&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-70432013000200009&lng=pt&nrm=iso). Acessos em 7 junho de 2024.
- BACHTOLD, Isabele Villwock; ROBERT, Rut Rosenthal. Cap. 7. Etnografia como evidência: contribuições e desafios do uso de estudos etnográficos para análise de políticas sociais brasileiras. In: **Políticas públicas e usos de evidências no Brasil: conceitos, métodos, contexto e práticas**. Ipea: Brasília. 2022, p. 251-283.
- BECKER, Howard Saul. **Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance**. New York: The Free Press, 1963.
- BORGES, Luis Paulo Cruz. **O futuro da escola: uma etnografia sobre a relação dos jovens com o conhecimento escolar**. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- BURGOS, Marcelo Baumann (Org.). **Utopias da comunidade: Rio da Pedras, uma favela carioca**. Rio de Janeiro: Loyola, 2002.
- CASTRO, Paula de Almeida. **Controlar pra quê? Uma análise etnográfica da interação professor e aluno na sala de aula**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006.
- ERICKSON, Frederick. Ethnographic Description Sociolinguistics. In: Ulrich Ammon; Norbert Dittmar; Klaus J. Mattheier e Peter Trudgill (eds.) **Sociolinguistics / Soziolinguistik**. V. 3: An International Handbook of the Science of Language and Society/Ein Internationales Handbuch Zur Wissenschaft ... and Communication Science. Berlin: Gruyter Mouton, 1988.
- ERICKSON, Frederick. Ethnographic microanalysis of interaction. In: Margaret Diane LeCompte, Wendy Millroy and Judith Preissle (Eds.). **The handbook of qualitative research**. In education. New York: Academic Press, Harcourt Brace Jovanovich, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir. O nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes. 2004.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Mônica Célia Santos Raposo. (9a ed). Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- GREEN, Judith L.; DIXON, Carol N.; ZAHARLICK, Amy. A etnografia como uma lógica de investigação. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. n. 42, p. 13-79, 2005. Disponível em [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982005000200002&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982005000200002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 04 de junho de 2024.
- HAMMERSLEY, Martin; ATKINSON, Paul. **Ethnography: principles in practice**. London: Routledge, 1995.
- IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Favelas e Comunidades Urbanas - Sobre a mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas**, Notas metodológicas n. 01, Rio de Janeiro: IBGE. 2024.
- KENDON, Adam. **Conducting Interaction: Patterns of Behavior in Focused Encounters**: Cambridge, UK: Cambridge University Press. 1990.
- MATTOS, Carmen Lucia Guimarães de; ALMEIDA, Sandra Maciel de; CASTRO, Paula Almeida de; BORGES, Luís Paulo Cruz (Org.) **Mulheres privadas de liberdade: vulnerabilidades, desigualdades, disparidades Socioeducacionais e suas intersecções de gênero e pobreza**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 189 p.
- MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de Análises etnográficas das imagens sobre a realidade do aluno no enfrentamento das dificuldades e desigualdades na sala de aula. In Inês Barbosa de Oliveira.; Nilda Alves; Raquel Goulart Barreto. **Pesquisa em Educação: métodos, temas e linguagens**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, pp. 103-116.
- MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de. A entrevista nos estudos sobre o fracasso escolar: silenciando as vozes dos alunos e falando sobre eles. In: Carmen Lúcia Guimarães de Mattos; Luis Paulo Cruz Borges; Paula Almeida de Castro; Tatiana bezerra Fagundes. (Org.). **Pesquisas em Educação: a Produção do Núcleo de Etnografia em Educação (NetEdu)**. Campina Grande: Editora Realize. 2015. p.119-159.
- MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. (Ed.). **Etnografia na Educação: textos de Frederick Erickson**. Rio de Janeiro: NetEdu, 2004.
- MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica. **Espaço -Informativo Técnico-Científico do INES**, Rio de Janeiro, n.16, p.42-59, jul./dez. 2001.
- MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. **Estranho e familiar: abordagens etnográficas da escola na França e no Brasil**. Rio de Janeiro: NetEdu, 2004.
- MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. Etnografia crítica de sala de aula: o professor pesquisador e o pesquisador professor em colaboração. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos RBEP-INEP**. v 76, n 182/183. 1995. p. 98-116. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.76i182/183.1114>

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. *Etnografia na escola: duas décadas de pesquisa sobre o fracasso escolar no ensino fundamental*. In: Carmen Lúcia Guimarães de Mattos e Helena Amaral da Fontoura (Org.) **Educação e Etnografia: relatos de pesquisa**. Rio de Janeiro, EdUERJ, p.11-30, 2009.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. **Fracasso Escolar: uma etnografia**. Curitiba: Appris, 2022.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. O conselho de classe e a construção do fracasso escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 215-228, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a05v31n2.pdf>. Acesso em 04 junho de 2024.

SZEREMETA, Angélica. Metodologia e Abordagem de campo: considerações sobre a utilização da etnografia como instrumento de pesquisa a partir da contribuição teórica de Mainardes e Magnani. **Revista LEVS/UNESP**, Marília, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1983-2192.2018.v19n19.09.p160>. Acessos em 04 junho de 2024.

VASCONCELLOS, Suziane de Santana. **Repetência: um estudo etnográfico**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

VASCONCELLOS, Suziane de Santana. **Multiplicidades da Avaliação Escolar: um estudo etnográfico sobre a Repetência**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz? **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 89-101, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-527742>. Acessos em 04 junho de 2024.

---

Recebido em novembro/2023 | Aprovado em abril/2024

#### MINIBIOGRAFIA

##### **Antônia Valbenia Aurélio Rosa**

Doutora e Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Contratada na Universidade Estadual do Ceará (Uece). Crateús, CE, Brasil.

E-mail: [valbeniarosa@gmail.com](mailto:valbeniarosa@gmail.com)

##### **Rafael dos Santos**

Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil. Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Brasil Professor do Programa de Pós-Graduação em Inteligência Aplicada da Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (FEMPERJ).

E-mail: [rafaelsantos@uerj.br](mailto:rafaelsantos@uerj.br)

##### **Thiago Luiz Alves dos Santos**

Doutor em Políticas Públicas e Educação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos da Universidade da Força Aérea.

E-mail: [thiagotlas@fab.mil.br](mailto:thiagotlas@fab.mil.br)